



# CTG Brasil



## Demonstrações Financeiras **2025**

Rio Paraná Energia S.A.

[www.ctgbr.com.br](http://www.ctgbr.com.br)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



# CTG Brasil

## Rio Paraná Energia S.A.

CNPJ nº 23.096.269/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### APRESENTAÇÃO

#### Senhores acionistas e debenturistas,

A gestão da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil"), apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras elaboradas conforme a legislação societária brasileira vigente.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas a auditoria independente, conduzida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as disposições da Resolução CVM nº 162/22. Cumprindo essa mesma norma, destacamos que a empresa de auditoria e seus profissionais vinculados não executaram nenhum serviço que não estivesse relacionado exclusivamente a trabalhos de assecuração, exceto pelo relatório de controle patrimonial (RCP).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais da Rio Paraná estão disponíveis de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil. Este documento é desenvolvido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), abrangendo indicadores socioambientais definidos pela Aneel.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 consolidando avanços relevantes para a Rio Paraná Energia, em um ano marcado por transformações importantes no setor elétrico brasileiro e por desafios associados à transição energética, à modernização regulatória e à crescente participação de fontes renováveis intermitentes no sistema.

A receita operacional líquida alcançou R\$ 4,20 bilhões, alta de 8,3% em relação ao exercício anterior, sustentada pelo avanço da receita operacional bruta e pela contribuição dos ativos financeiros. O desempenho operacional permaneceu consistente ao longo do exercício, com Ebitda de R\$ 3,26 bilhões e margem de 77,5%. A melhora do resultado financeiro contribuiu para a expansão do resultado antes dos impostos, refletindo-se em um lucro líquido de R\$ 2,34 bilhões, crescimento de 24,2% na comparação anual, com ampliação da margem líquida para 55,8%.

O desempenho operacional das usinas manteve-se consistente, sustentando a solidez do nosso modelo de negócio. Ilha Solteira e Jupia responderam por uma geração total de 18.587 GWh, representando um crescimento de 1,2% em relação ao ano anterior. A atuação estratégica nas frentes comercial e regulatória mostrou-se fundamental para a proteção da receita e a mitigação de riscos. A partir dos investimentos feitos nos últimos anos, o uso de ferramentas sofisticadas de inteligência de mercado e de gestão de riscos hidrológicos, tem nos ajudado a reduzir os impactos do GSF e da volatilidade de preços no mercado livre, bem como as despesas associadas à compra de energia em períodos de menor produção hídrica.

No campo operacional, mantivemos elevado desempenho das usinas de Ilha Solteira e Jupia. O projeto de modernização das usinas continua sendo um dos pilares estratégicos da Rio Paraná Energia. Em 2025, avançamos na terceira etapa do programa. Esse esforço tem tornado as usinas mais confiáveis, com taxas de falhas cada vez menores, além de ampliar a disponibilidade das máquinas e a capacidade de geração de receita. Também liquidamos integralmente uma dívida em dólar com a CTG Luxemburgo, eliminando a exposição à volatilidade cambial que impactava os resultados aproveitando janelas de câmbio favoráveis. A estratégia otimizou o fluxo de caixa e reduziu custos financeiros, fortalecendo a solidez da estrutura de capital da subsidiária.

No âmbito regulatório e institucional, a Rio Paraná Energia, manteve protagonismo nos debates sobre a modernização do setor elétrico. Atuamos de forma técnica e consistente na defesa de maior racionalidade econômica na formação de preços, na valorização dos atributos das usinas hidrelétricas, especialmente sua flexibilidade e capacidade de atender aos horários de maior demanda, e na necessidade de subsídios mais transparentes e socialmente justos. Esses avanços são essenciais para garantir a sustentabilidade do setor, a atração de investimentos e a segurança do suprimento de energia no longo prazo.

Reforçamos, ainda, nossos padrões de excelência em segurança do trabalho, mantendo a integridade das equipes como prioridade absoluta e promovendo a melhoria contínua dos processos. Esse desempenho nos posiciona entre as empresas com as melhores práticas do setor.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e demais partes interessadas pelo empenho, dedicação e confiança ao longo de 2025. Seguimos firmes em nossa missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável, fortalecer a energia limpa no Brasil e contribuir para a evolução do setor elétrico, com solidez, responsabilidade e visão de futuro.

#### Márcio José Peres

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

### PERFIL DA COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A., subsidiária direta da CTG Brasil, é responsável pela operação das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, ambas situadas no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A UHE Ilha Solteira, com 20 unidades geradoras, destaca-se como a maior hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro Oeste e a sexta maior do Brasil. Localizada entre Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a usina desempenha um papel essencial na estabilização de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Seu reservatório de acumulação cobre uma área de 1.195 km², com uma barragem de 5,6 km de extensão.

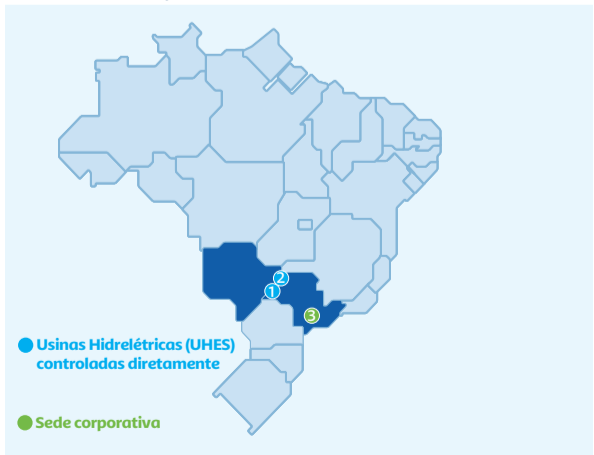
A UHE Jupia, oficialmente denominada Engenheiro Souza Dias, possui 14 unidades geradoras e está localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A presença de uma eclusa na usina facilita a navegação entre os rios Paraná e Tietê, promovendo a integração hidroviária regional.

Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW.

Desde 2017, as duas usinas passam pelo maior programa de modernização do setor energético brasileiro, com conclusão prevista para 2038 e investimento total estimado em R\$ 3 bilhões. O plano abrange a renovação completa das 34 unidades geradoras, garantindo maior eficiência e confiabilidade operacional. Com a conclusão do segundo lote e 12 unidades já reformadas, as máquinas modernizadas apresentam taxas de falha próximas a zero, consolidando a Rio Paraná como referência nacional em inovação e longevidade de ativos hidrelétricos. Em 2025, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote, que até 2028 modernizará mais seis unidades.

As operações da Rio Paraná contam com o suporte administrativo da CTG Brasil, conforme o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e seguem avançando na jornada de digitalização e automação de seus processos operativos.

### MAPA DE OPERAÇÕES



Localização no mapa	Unidade Federativa (UF)	Ativo	Capacidade instalada
1	SP/MS	UHE Jupia	1.551,2 MW
2	SP/MS	UHE Ilha Solteira	3.444,0 MW
3	SP	São Paulo - Sede corporativa	-

SP - São Paulo / MS - Mato Grosso do Sul / MW - Megawatt

### DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

A ética e a integridade seguem como valores essenciais para a Rio Paraná, promovidas de forma contínua por meio do Programa Corporativo de Compliance. Todos os colaboradores participam regularmente de treinamentos que reforçam a adesão ao Código de Ética e Conduta, contribuindo para um ambiente de trabalho alinhado às melhores práticas, às políticas internas e à legislação vigente.

Esses treinamentos também abrangem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD Lei nº 13.709/2018), garantindo que todos estejam atualizados quanto às normas que regem o tratamento de dados pessoais na Companhia.

Em 2025, a Rio Paraná teve cinco das suas sete certificações ISO renovadas para um ciclo de três anos (2025/2028), sendo elas:

- ISO 9001 (qualidade)
- ISO 14001 (meio ambiente)
- ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional)
- ISO 55001 (gestão de ativos)
- ISO 31000 (gestão de riscos, autodeclaração com avaliação externa)

E as outras tiveram suas certificações mantidas no ano de 2025 (ciclo 2024/2026), sendo elas:

- ISO 37301 (gestão de compliance)
- ISO 37001 (gestão antissuborno)

Resultado de auditorias externas independentes que comprovaram a maturidade e a eficácia dos seus sistemas de gestão. Essas certificações reafirmam o compromisso da Companhia com a excelência, a melhoria contínua e a credibilidade de seus processos, além de posicionar a Rio Paraná como referência em governança e responsabilidade corporativa no setor elétrico.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rio Paraná Energia S.A., constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, tem como acionista majoritária a China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital social, enquanto os 33,33% restantes são de propriedade da Huikail Clean Energy.

Registrada na categoria "B" da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia adota práticas avançadas de governança corporativa, ampliando seu acesso a investidores e fortalecendo sua credibilidade no mercado financeiro e junto aos credores.

Sua estrutura de governança é composta pelos órgãos estatutários: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração é formado por cinco membros, incluindo dois representantes dos sócios minoritários. Eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, os conselheiros são responsáveis por nomear os integrantes da Diretoria Executiva, encarregada de conduzir a gestão estratégica da empresa.

#### ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração	
Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro Efetivo
Márcio José Peres	Membro Efetivo
Xingyang Cao	Membro Efetivo
Zhigang Chen	Membro Efetivo

#### PRAZOS DE CONCESSÃO

Entidade	Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	(UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Rio Paraná Energia S.A.	Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	20/04/2047
Rio Paraná Energia S.A.	Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	21/04/2047
						4.995,2	2.494,9		

### DESEMPENHO OPERACIONAL

A Rio Paraná Energia manteve a excelência em seus indicadores operativos em 2025. A geração bruta de energia elétrica das usinas Ilha Solteira e Jupia totalizou 18.587 GWh ante 18.361 GWh, em 2024.

A disponibilidade das usinas permaneceu consistentemente acima dos limites regulatórios, atingindo 94,97% no exercício (o limite regulatório é de 93,62%). Este desempenho é reflexo do baixo índice de falhas e do plano de manutenção de ativos. Na área de segurança de barragens, após concluir a implantação do Plano de Atendimento à Emergência (PAE), em 2024, a Companhia avançou ainda mais em automação da instrumentação e garantindo monitoramento em tempo real. É importante reforçar que ambas as barragens operam com total segurança e baixo risco.

Modernização das UHEs Jupia e Ilha Solteira

O processo de modernização das usinas Jupia e Ilha Solteira, consolidado como o maior projeto de revitalização do setor energético brasileiro com investimento superior a R\$ 3 bilhões, atingiu um novo marco em 2025. Após a conclusão do segundo lote, que totalizou 12 unidades geradoras modernizadas, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote em 2025. Este novo estágio contempla a renovação de seis unidades (três em cada usina) com execução prevista até 2028, sendo que as duas primeiras máquinas já se encontram em intervenção técnica.

Nesta fase, a experiência acumulada nos lotes anteriores está sendo aplicada à execução das obras, resultando em otimização de processos e redução do tempo de parada das máquinas que, em geral, é de um ano, em média, para cada máquina em modernização.

O projeto reduz riscos operacionais associados ao fim da vida útil dos equipamentos antigos e certamente contribuiu para a Rio Paraná registrar em 2025 o menor índice de paradas forçadas (também chamado de falhas) da sua história.

A modernização ainda eleva as usinas, assim, a um patamar superior de desempenho no longo prazo, destacando-se pelo alto grau de automação, digitalização e redução nos custos de manutenção. Com sistemas auxiliares de última geração e processos de tele-assistência integrados, as usinas estão posicionadas para operar com excelência, produtividade e segurança para pessoas e equipamentos, garantindo a perenidade de ativos essenciais para o Sistema Interligado Nacional.

Geração de energia (GWh)			
Usina	2023	2024	2025
UHE Ilha Solteira	12.710,00	11.768,00	11.813,67
UHE Jupia	5.314,50	6.593,00	6.773,43
<b>Total</b>	<b>18.024,50</b>	<b>18.361,00</b>	<b>18.587,09</b>

Índice de disponibilidade*				
Usina	2023	2024	2025	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,53%	95,31%	95,88%	94,76%
UHE Jupia	92,93%	92,42%	92,96%	91,08%
<b>Consolidado (média)</b>	<b>94,72%</b>	<b>94,27%</b>	<b>94,97%</b>	<b>94,62%</b>

\* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFA (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é:  $ID = (1-TEIP) \times (1-TEIFA)$ . Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

Diretoria Estatutária	
Nome	Cargo
Márcio José Peres	Diretor-Presidente
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo
Tatiana Figueredo Garrido da Mota	Diretora Executiva
Giulliano Batelochi Gallo	Diretor Executivo
Antônio dos Santos Enraut Junior Contador - CRC PR-068461/O-1	

### CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Em 2025, o Brasil seguiu em recuperação econômica gradual, ainda impactada por juros elevados e custo de capital restritivo. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de forma moderada, desacelerando em relação ao ano anterior, com projeções indicando que ele ficará por volta de 2,5%, abaixo dos 3,4% de 2024. O desempenho foi impulsionado pelo agronegócio, enquanto os setores de indústria e serviços tiveram crescimento em ritmo menos acelerado.

A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 15% ao ano, mantida em patamares elevados para conter a inflação, que fechou o ano próximo da sua meta, com IPCA de 4,26, abaixo do registrado em 2024 (4,83%) e abaixo do teto da meta (4,5%).

Nesse contexto, a Rio Paraná destacou-se por manter um elevado grau de confiança do mercado, refletido no rating de crédito AAA e em condições de financiamento mais favoráveis, mesmo diante de um ambiente desafiador.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2023	2024	2025
PIB	2,9%	3,5%	2,5%*
IPCA	4,62%	4,83%	4,26%
IGP-M	-3,18%	6,54%	-1,05%
Taxa Selic	11,75%	12,25%	15,0%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,55%	7,43%	9,07%
Taxa de Câmbio (USD)	4,8900	6,1920	5,5024

\* O valor do PIB 2,5% é o a prévia do resultado divulgado em 19/02/2026 pelo IBC-BR (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) em 2025. O fechamento oficial não foi divulgado até a publicação deste relatório.

### CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná segue engajada nas discussões regulatórias que moldam o futuro do setor, participando ativamente de diálogos com associações e órgãos reguladores.

O ano foi marcado pela aprovação da Lei 15.269/2025 (a partir da MP 1.304/2025), e que representou uma das atualizações mais significativas do marco regulatório do setor elétrico em quase duas décadas. Entre as medidas, a legislação referenda a abertura gradual e estruturada do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para todos os consumidores (incluindo residenciais). A referida lei também revisou critérios legais para formação de tarifas e encargos, incluindo novas regras de apuração de custos no Mercado de Curto Prazo (MCP) (leia mais a seguir, em Comercialização) e reorganizou encargos setoriais, incluindo regras sobre como subsídios para energia eólica e solar são alocados e como eles impactam a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, encargo setorial pago pelos consumidores de energia que financia políticas públicas do setor) e rateios entre consumidores. Um desses pontos foi a limitação dos subsídios para a geração de energia incentivada a contratações feitas até o fim de 2025, buscando tornar os incentivos mais sustentáveis e menos onerosos ao sistema como um todo.

### COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2025 marcou um ponto de recuperação nos preços de energia no mercado brasileiro. O principal fator para essa valorização foi a mudança na modelagem regulatória, permitindo que os preços horários reflitam explicitamente as variações de oferta e demanda ao longo do dia, considerando a intermitência das fontes solar e eólica e valorizando a flexibilidade dos ativos geradores hidrelétricos. Adicionalmente, o cenário hidrológico contribuiu para a sustentação dos preços, uma vez que, apesar da melhora no regime de chuvas em comparação a 2024, os volumes registrados permaneceram abaixo da média histórica.

A Companhia também conseguiu capturar oportunidades de mercado a partir de uma gestão de riscos ágil e eficiente, resultado do conjunto de investimentos feitos nos últimos anos em ferramentas de inteligência de mercado, modelagem de cenários e estratégias de proteção contra riscos hidrológicos e de preço, incorporando aprendizados do mercado financeiro e ampliando a sofisticação das decisões comerciais. Com isso, foi possível otimizar a comercialização tanto no curto, quanto no longo prazo, melhorar a previsibilidade de resultados e capturar oportunidades em janelas de preço mais favoráveis, gerando contribuições importantes para as receitas em 2025.

No total de contratos negociados em 2025, a Companhia registrou 14.256,9 GWh (65%) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 7.675,4 GWh (35%) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), totalizando 21.932,28 GWh em energia comercializada, reforçando a solidez e a diversificação de seu portfólio de ativos.

### PESSOAS

Ao longo de 2025, a Companhia identificou impactos reais positivos associados ao fortalecimento da capacitação de pessoas, incluindo desenvolvimento de competências por meio de trilhas e treinamentos (on-line e presenciais); formação de novos talentos com ampliação da empregabilidade; retenção e continuidade organizacional através de oportunidades de crescimento e progresso; fortalecimento da liderança; mobilidade interna com priorização de recrutamento interno; estímulo à educação contínua com subsídios e melhoria de processos; e inovação, com projetos conduzidos por estagiários e profissionais em formação.

Esses efeitos se conectam a iniciativas como Programa de Estágio, Programa de Desenvolvimento de Líderes, Programas de Aprendizagem Corporativa, plano de carreira, mapeamento sucessório, movimentações internas, além do Programa de Subsídio Educacional (para graduação e pós-graduação), idiomas e parcerias com instituições de ensino.

Atualmente, a gestão de pessoas e os processos de contratação e promoção baseiam-se em critérios técnicos, de desempenho e na legislação vigente.

Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76:

Tabela de Proporcionalidade - 2024		
Gênero	Total empregados	%
Homens	315	88,0
Mulheres	42	12,0
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>100,0</b>

Tabela de Proporcionalidade - 2025		
Gênero	Total empregados	%
Homens	313	88,0
Mulheres	41	12,0
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>100,0</b>



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



**Rio Paraná Energia S.A.**  
CNPJ nº 23.096.269/0001-19



★ continuação

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Índice (mulheres/homens) 2024 x 2025			
(M/H)	Total empregados	Contratações	Desligamentos
2024	0,13	0,91	0,11
2025	0,13	1,19	0,11

2024		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.448.325,61	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 504.727,65	R\$ 434.999,72
Cargos administrativos	R\$ 236.902,77	R\$ 136.756,17
Cargos de produção	R\$ 153.773,69	R\$ 117.954,26

2025		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.576.443,54	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 503.345,48	R\$ 464.457,84
Cargos administrativos	R\$ 241.167,77	R\$ 142.201,12
Cargos de produção	R\$ 152.563,79	R\$ 130.511,96

Proporção salarial 2024 x 2025		
(M/H)	2024	2025
Cargos de diretoria	-	-
Cargos gerenciais	0,86	0,92
Cargos administrativos	0,58	0,59
Cargos de produção	0,77	0,86

Os indicadores de 2024 e 2025 revelam um cenário de contrastes. Proporcionalmente, a representatividade feminina manteve-se inalterada (M/H de 0,13), evidenciando que, apesar das movimentações internas, a estrutura geral ainda reflete baixa participação de mulheres.

Nas admissões, observa-se sinalização positiva em 2025, com índice de 1,19, indicando maior presença feminina nas novas contratações, enquanto os desligamentos permaneceram estáveis no exercício.

No campo remuneratório, destaca-se que não há registro de remuneração feminina em cargos de diretoria na Rio Paraná, uma vez que a diretora estatutária é remunerada pela CTG Brasil, e não pela Companhia. Nos cargos gerenciais, houve equalização salarial em 2025, enquanto nos níveis administrativos e de produção verificou-se avanço gradual na redução das diferenças.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Nessa seção do documento, são apresentados os principais eventos do exercício-base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

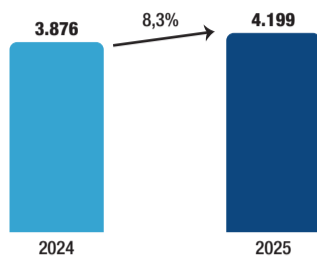
PRINCIPAIS INDICADORES			
	2025	2024	Varição
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	2.906.158	2.542.696	14,3%
Receita de ativos financeiros	1.716.901	1.713.864	0,2%
(-) Deduções à receita operacional	(423.964)	(380.341)	11,5%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.199.095</b>	<b>3.876.219</b>	<b>8,3%</b>
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.215.667)	(846.373)	43,6%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>2.983.428</b>	<b>3.029.846</b>	<b>-1,5%</b>
Ebitda	3.255.424	3.299.871	-1,3%
Margem Ebitda - %	77,5%	85,1%	-7,6 p.p.
Resultado financeiro	8.770	(625.225)	101,4%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>2.992.198</b>	<b>2.404.621</b>	<b>24,4%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>	<b>24,2%</b>
Margem líquida - %	55,8%	48,6%	7,1 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,33390	0,26881	24,2%

Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 4.199,1 milhões, que representa um crescimento de R\$ 322,9 milhões, ou +8,3% em relação ao ano de 2024. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Aumento de R\$ 190,5 milhões na receita de contratos do ambiente de contratação livre (ACL) principalmente pelo maior volume de energia vendida nessa modalidade na comparação entre os dois exercícios;
- Crescimento de R\$ 152,6 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, também, em razão de novos contratos com início de suprimento em janeiro de 2025, em decorrência dos 31° e 32° Leilões de Energia Existente;
- Elevação de R\$ 20,4 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP/MRE), basicamente em virtude de maiores Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) na comparação entre os dois exercícios, compensado pela queda no volume;

**Receita operacional líquida (R\$ milhões)**

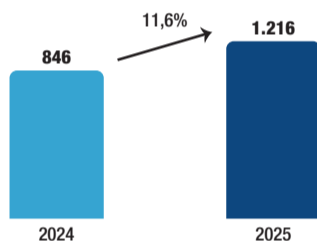


CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS			
	2025	2024	Varição
Pessoal	(100.881)	(97.739)	3,2%
Material	(14.272)	(8.688)	64,3%
Serviços de terceiros	(50.416)	(51.925)	-2,9%
Energia comprada	(430.050)	(115.631)	271,9%
Depreciação e amortização	(271.996)	(270.025)	0,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(214.768)	(203.867)	5,3%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(43.096)	(35.454)	21,6%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.325)	(1.893)	-30,0%
Seguros	(9.595)	(10.170)	-5,7%
Aluguéis	(1.470)	(1.265)	16,2%
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	(4.818)	22.247	-121,7%
Compartilhamento de despesas	(56.431)	(54.121)	4,3%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	2.288	-	100,0%
Outros	(18.837)	(17.842)	5,6%
	<b>(1.215.667)</b>	<b>(846.373)</b>	<b>43,6%</b>

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram um crescimento de R\$ 369,3 milhões, quando comparado ao ano de 2024. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Elevação de R\$ 314,4 milhões nos custos com energia comprada, principalmente no ambiente de contratação livre (ACL), pela piora no fator de risco hidrológico *Generation Scaling Factor* (GSF), bem como para compras para cobertura de lastro dos contratos dentro da dinâmica do balanço energético da Companhia;
- Efeito negativo de R\$ 27,1 milhões na rubrica de constituições/reversões de provisões para riscos, principalmente em virtude do efeito pontual e não recorrente do ano anterior, relativo à reversão do saldo residual de contingência regulatória em 2024;
- Aumento de R\$ 10,9 milhões nas despesas com os Encargos de uso da rede elétrica basicamente em razão da atualização do encargo de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) a partir de julho de 2025.

**Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)**



EBITDA E MARGEM EBITDA			
	2025	2024	Varição
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531	24,2%
Imposto de renda e contribuição social	650.105	519.090	25,2%
Resultado financeiro (líquido)	(8.770)	625.225	-101,4%
Depreciação e amortização	271.996	270.025	0,7%
<b>Ebitda</b>	<b>3.255.424</b>	<b>3.299.871</b>	<b>-1,3%</b>
Margem Ebitda	77,5%	85,1%	-7,6 p.p.

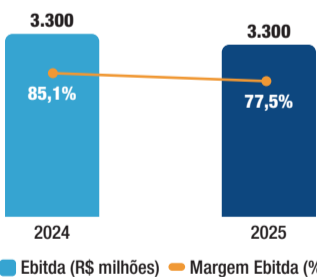
O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2025 totalizou R\$ 3.255,4 milhões, representando uma pequena redução de R\$ 44 milhões na comparação com o ano de 2024.

A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 77,5%, resultado menor em -7,6 p.p. em relação ao ano de 2024.

**Ebitda (R\$ milhões)**



**RESULTADO FINANCEIRO**

	2025	2024	Varição
<b>Receitas</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	137.582	107.953	27,4%
Variações monetárias	54.685	44.948	21,7%
Varição cambial ativa	131.437	49.488	165,6%
Outros	(6.279)	(4.869)	29,0%
	<b>317.425</b>	<b>197.520</b>	<b>60,7%</b>
<b>Despesas</b>			
Juros	(135.458)	(181.997)	-25,6%
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)	15,0%
Perda com variação cambial	(2.740)	(361.906)	-99,2%
Ajuste a valor presente (AVP)	(164.608)	(274.235)	-40,0%
Outros	(2.503)	(1.698)	47,4%
	<b>(308.655)</b>	<b>(822.745)</b>	<b>-62,5%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>8.770</b>	<b>(625.225)</b>	<b>-101,4%</b>

AVP - Ajuste a Valor Presente

O resultado financeiro líquido apresentado em 2025 foi positivo em R\$ 8,8 milhões, representando uma melhora de R\$ 634,0 milhões em relação ao ano de 2024. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Impacto líquido favorável de R\$ 441,1 milhões no resultado decorrente do reconhecimento contábil da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2025. Em 2025, houve valorização de 15,6% (de R\$ 6,1923 para R\$ 5,6621 em Jul/2025 quando a dívida foi liquidada) enquanto em 2024 a moeda brasileira tinha desvalorizado -26,4% (de R\$ 4,8972 para R\$ 6,1923). Em 2025 houve a liquidação completa do empréstimo, outro fator que corroborou com a melhora da variação cambial líquida.
- Redução de R\$ 110,7 milhões na despesa de atualização monetária referente ao passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos. Essa redução se justifica pela variação na projeção futura esperada para os índices de inflação IPCA e IGPM que são os indicadores que atualizam esse passivo;
- Redução de R\$ 46,5 milhões nas despesas com juros incidentes sobre os empréstimos da Companhia, principalmente em virtude das liquidações realizadas entre os exercícios;
- Elevação de R\$ 29,6 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do crescimento do CDI na comparação entre os exercícios.

**Endividamento**

	2025	2024	Varição
<b>Debêntures</b>			
Curto prazo	399.923	169.466	136,0%
Longo prazo	1.226.695	1.589.380	-22,8%
<b>Partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>1.515.886</b>	<b>-100,0%</b>
Curto prazo	-	1.515.886	-100,0%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.626.618</b>	<b>3.274.732</b>	<b>-50,3%</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(118.948)	(1.708.872)	-93,0%
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.507.670</b>	<b>1.565.860</b>	<b>-3,7%</b>

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 58,2 milhões na comparação com a posição final do ano de 2024. Essa redução reflete principalmente a liquidação do empréstimo com partes relacionadas junto à CTG Luxemburgo, realizada em um período de janela cambial favorável.

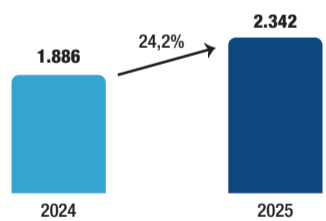
Dívidas	Remuneração	Vencimento	2025	2024	Varição
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/11/2025	-	1.515.886	-100,0%
Debêntures 1ª emissão - série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	169.933	-100,0%
Debêntures 2ª emissão - série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	826.522	789.585	4,7%
Debêntures 3ª emissão - série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	800.096	799.328	0,1%
			<b>1.626.618</b>	<b>3.274.732</b>	<b>-50,3%</b>

USD - Dólar / DI - Depósito interbancário

**LUCRO LÍQUIDO**

Em virtude dos fatores detalhados anteriormente, a Rio Paraná apresentou um bom desempenho de resultados no ano de 2025. O lucro líquido em 2025 foi de R\$ 2.342,1 milhões, o que representa um aumento de R\$ 456,6 milhões ou 24,2% na comparação com o exercício de 2024.

**Lucro líquido (R\$ milhões)**



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo Circulante	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.948	1.708.872	Fornecedores	12	150.197	118.581
Clientes	6	426.853	417.925	Salários, provisões e contribuições sociais	7	26.191	26.853
Tributos a recuperar	7	3.632	5.236	Tributos a recolher	7	160.618	360.087
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	1.350.293	1.292.618	Encargos setoriais	14	69.520	74.950
Partes relacionadas	16.3	826	-	Debêntures	14	399.923	169.466
Serviços em curso		39.002	43.278	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	15	892.500	1.387.512
Outros créditos		24.553	38.978	Partes relacionadas	16.3	6.626	1.515.886
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.964.107</b>	<b>3.506.907</b>	Provisões	17	555.842	329.646
<b>Não circulante</b>							
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		1.348	2.410
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	11.647.732	11.359.155	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.262.765</b>	<b>3.985.391</b>
Depósitos judiciais	9	686.881	633.176	<b>Não circulante</b>			
Outros créditos		14.678	-	Tributos diferidos	22.2	1.897.964	1.560.864
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.018.317</b>	<b>17.870.687</b>	Encargos setoriais	13	23.292	26.608
<b>Total do ativo</b>		<b>19.982.424</b>	<b>21.377.594</b>	Debêntures	14	1.226.695	1.589.380
				Dividendos	15	2.269.067	-
				Provisões	17	1.354.075	1.599.624
				Outras obrigações		10.962	1.149
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.782.055</b>	<b>4.777.625</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>9.044.820</b>	<b>8.763.016</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	10	54.920	38.278	Capital social	18	6.649.017	6.649.017
Intangível	11	5.614.106	5.840.078	Reserva legal		833.662	716.557
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.018.317</b>	<b>17.870.687</b>	Reserva de retenção de lucros		3.454.925	5.249.004
<b>Total do ativo</b>		<b>19.982.424</b>	<b>21.377.594</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>10.937.604</b>	<b>12.614.578</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.982.424</b>	<b>21.377.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


**CTG Brasil**
**Rio Paraná Energia S.A.**  
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19

**★ continuação**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	19.1	4.199.095	3.876.219
<b>Custos operacionais</b>			
Pessoal		(93.848)	(88.533)
Material		(14.262)	(8.685)
Serviços de terceiros		(44.466)	(45.573)
Energia comprada	20.2	(430.050)	(115.631)
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(269.064)	(267.954)
Encargos de uso da rede elétrica	20.3	(214.768)	(203.867)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(43.096)	(35.454)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.325)	(1.893)
Seguros		(9.481)	(9.994)
Aluguéis		(1.010)	(1.027)
(Constituições) / reversões de provisões para riscos	17.3	(4.818)	2.057
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11.3	2.288	—
Outros		(3.217)	(3.418)
<b>Resultado bruto</b>		<b>3.071.978</b>	<b>3.096.247</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>			
Pessoal		(7.033)	(9.206)
Material		(10)	(3)
Serviços de terceiros		(5.950)	(6.352)
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	(2.932)	(2.071)
Seguros		(114)	(176)
Aluguéis		(460)	(238)
Reversões de provisões para riscos	17.3	—	20.190
Compartilhamento de despesas	16.3	(56.431)	(54.121)
Outros		(15.620)	(14.424)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>2.983.428</b>	<b>3.029.846</b>
<b>Resultado financeiro</b>	21.1		
Receitas		317.425	197.520
Despesas		(308.655)	(822.745)
		<b>8.770</b>	<b>(625.225)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	22.1	<b>2.992.198</b>	<b>2.404.621</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente		(313.005)	(484.365)
Diferido		(337.100)	(34.725)
		<b>(650.105)</b>	<b>(519.090)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,33390	0,26881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2025	2024
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>2.983.428</b>	<b>3.029.846</b>
<b>Resultado financeiro</b>	21.1		
Receitas		317.425	197.520
Despesas		(308.655)	(822.745)
		<b>8.770</b>	<b>(625.225)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	22.1	<b>2.992.198</b>	<b>2.404.621</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente		(313.005)	(484.365)
Diferido		(337.100)	(34.725)
		<b>(650.105)</b>	<b>(519.090)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,33390	0,26881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2025	2024
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>2.983.428</b>	<b>3.029.846</b>
<b>Resultado financeiro</b>	21.1		
Receitas		317.425	197.520
Despesas		(308.655)	(822.745)
		<b>8.770</b>	<b>(625.225)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	22.1	<b>2.992.198</b>	<b>2.404.621</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente		(313.005)	(484.365)
Diferido		(337.100)	(34.725)
		<b>(650.105)</b>	<b>(519.090)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,33390	0,26881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	—	—
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**
**1.1. Contexto operacional**

A Rio Paraná Energia S.A. (ou "Companhia" ou "Rio Paraná") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e (UHE) Ilha Solteira.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) e tem por acionista minoritário a Huikai Clean Energy S.A.R.L., conforme nota explicativa nº 18. Além do valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas, previsto no contrato de concessão, a partir de 2025, a Companhia passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em decorrência do 31º e 32º Leilões de Energia Existente, cujos efeitos podem ser observados nas notas explicativas nºs 6 e 19. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 298.658, apresentando uma melhora com relação à posição final de 2024. Acerca dessa posição, vale destacar a redução do passivo de dividendos e a liquidação do empréstimo com partes relacionadas beneficiada pela janela favorável de câmbio com a consequente redução da posição final do caixa da Companhia na comparação entre os fechamentos anuais.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração mensal de caixa resultante de suas atividades operacionais.

**1.2. Contratos de Concessão**

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão nº 01/2016 das Usinas Hidrelétricas (UHE) Ilha Solteira e Jupia, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	20/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	21/04/2047
					<b>4.995,2</b>	<b>2.494,9</b>		

SP - São Paulo/MS - Mato Grosso do Sul/ MW - Megawatt

**1.2.1. Extensões de Outorgas de Concessão**

Em 4 de abril de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória Aneel nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que aprovou o prazo remanescente de extensão das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em atendimento ao artigo 3º da REN 1.035/2022. Tal artigo estabelece a compensação pelos impactos decorrentes das restrições ao escoamento de energia ocasionadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em virtude de atraso no início da operação comercial ou do início em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão associadas. Ainda dentro do contexto do acordo do GSF, houve um cálculo adicional da compensação pelos impactos decorrentes dessas restrições.

Na sequência, caberá à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica (SCE)/Aneel providenciar os termos aditivos aos contratos de concessão, bem como os ajustes nas resoluções autorizadas, a fim de formalizar a extensão das outorgas.

Os respectivos impactos financeiros, reconhecidos no ativo intangível em contrapartida ao resultado como recuperação de custos, e prazo adicional, estão apresentados no quadro a seguir:

Usina	Dias de impacto financeiro	Data fim de concessão	Nova data fim de concessão/autorização
Jupia	3	17/04/2047	20/04/2047
Ilha Solteira	3	18/04/2047	21/04/2047

Em 16 de setembro de 2025, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 16.467/2025, que aprovou a extensão dos prazos de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do MRE, bem como a minuta dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão dessas usinas.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Legal	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.649.017</b>	<b>716.557</b>	<b>5.249.004</b>	<b>—</b>	<b>12.614.578</b>
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	2.342.093	2.342.093
Lucro líquido do exercício	—	—	—	2.342.093	2.342.093
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	117.105	—	(117.105)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	169.423	(169.423)	—
Dividendos intermediários	—	—	(1.963.502)	(1.005.565)	(2.969.067)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(1.050.000)	(1.050.000)
	<b>—</b>	<b>117.105</b>	<b>(1.794.079)</b>	<b>(2.342.093)</b>	<b>(4.019.067)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.649.017</b>	<b>833.662</b>	<b>3.454.925</b>	<b>—</b>	<b>10.937.604</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.649.017</b>	<b>622.281</b>	<b>4.971.561</b>	<b>—</b>	<b>12.242.859</b>
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	1.885.531	1.885.531
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.885.531	1.885.531
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	94.276	—	(94.276)	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	299.255	(299.255)	—
Dividendos propostos	—	—	(21.812)	(650.000)	(671.812)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(842.000)	(842.000)
	<b>—</b>	<b>94.276</b>	<b>277.443</b>	<b>(1.885.531)</b>	<b>(1.513.812)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.649.017</b>	<b>716.557</b>	<b>5.249.004</b>	<b>—</b>	<b>12.614.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.992.198	2.404.621			
<b>Ajustes em:</b>						
Depreciação e amortização	10.2 e 11.2	271.996	270.025			
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	10.2 e 11.2	60	293			
Juros e variação monetária de ativos financeiros	8,3	(1.716.901)	(1.713.864)			
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	14.4	122.295	107.009			
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	16.4	(114.921)	388.174			
Atualização e amortização AVP sobre provisão de grandes reparos	17.1	163.510	274.235			
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Constituições)/reversões e variações monetárias sobre provisão para riscos	17.3	5.067	(21.868)			
AVP sobre licença ambiental	17.2	1.098	—			
Outras variações		2.121	1.159			
<b>Variação nos ativos e passivos</b>						
Cientes		(8.500)	(21.714)			
Ativo financeiro vinculado à concessão	8.3	1.370.649	1.307.859			
Partes relacionadas		5.800	(7.508)			
Serviços em curso		(18.217)	(10.372)			
Depósito judicial	9.2	32	91			
Fornecedores		31.616	32.081			
Salários, provisões e contribuições sociais		(662)	(400)			
Encargos setoriais		10.650	9.001			
Capitalização de debêntures	14.4	85.010	104.540			
Provisões	17.1, 17.2	(228.055)	(230.128)			
Impostos, taxas e contribuições	e 17.3	(184.549)	(148.558)			
<b>Outras variações ativas e passivas</b>					8.498	(4.034)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>2.745.086</b>	<b>2.697.063</b>			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social					(484.687)	(373.538)
Pagamento de juros sobre debêntures	14.4				(164.530)	(158.406)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14.4				(55.003)	(46.163)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	16.4				(96.277)	—
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.944.589</b>	<b>2.118.956</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>						
Adições no ativo imobilizado e intangível	10.2 e 11.2	(23.727)	(8.841)			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(23.727)</b>	<b>(8.841)</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>						
Pagamento de debêntures	14.4	(120.000)	(315.000)			
Pagamento de partes relacionadas	16.4	(1.303.274)	—			
Pagamento de dividendos	15.2	(1.371.812)	—			
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.2	(715.700)	(641.750)			
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(3.510.786)</b>	<b>(956.750)</b>			
<b>(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.589.924)</b>	<b>1.153.365</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.708.872	555.507			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		118.948	1.708.872			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
<b>Receitas</b>						
Venda de energia	20.1	2.906.158	2.542.696			
Receita de ativos financeiros	8.3	1.716.901	1.713.864		</	


**CTG Brasil**
**Rio Paraná Energia S.A.**  
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19

\*continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a norma elevou a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) de 15% para 17,5%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, considerando sua estrutura operacional e os regimes de tributação aplicáveis, e continuará acompanhando a regulamentação infralegal e a evolução da interpretação pelas autoridades fiscais, a fim de monitorar eventuais impactos futuros.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**2.1. Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

**2.2. Base de preparação e mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

**2.3. Moeda funcional e moeda de preparação**

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

**2.4. Continuidade operacional**

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

**2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisões (nota explicativa nº 17);
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**3.1. Serviços em curso**

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.1.2).

**3.2. Participação nos lucros**

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

**3.3. Impairment**

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, imobilizados e intangíveis, quando há algum indicativo que sugira a possibilidade de desvalorização deste ativo. Os ativos são segregados como unidade geradora de caixa, e o teste tem como metodologia do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento da avaliação.

**3.3.1. Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Conforme análise realizada, não foram identificados indicativos de impairment no período. Os ativos continuam apresentando condições normais de uso e geração de benefícios econômicos. Assim, não houve necessidade de realizar teste detalhado de recuperabilidade.

**3.3.2. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia as informações prospectivas, das perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros, para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As avaliações são realizadas de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, com objetivo de atender os requisitos da redução ao valor recuperável.

Para os ativos não circulantes da Companhia, não foram identificados indicativos de impairment, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

**3.4. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas**

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21);
- Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10);
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:
  - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
  - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
  - IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
  - IFRS 10 Demonstrações Consolidadas; e
  - IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2026 não possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7/CPC 40);
- Instrumentos Financeiros (IFRS 9/CPC 48).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 não possui expectativa de impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 possui impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18/CPC 51); cuja avaliação e tratativas estão em andamento.

**4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO**
**4.1. Riscos financeiros**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

**4.1.1. Riscos de mercado**
**4.1.1.1. Risco hidrológico**

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice relevante é o ajuste do MRE, por meio do fator GSF, que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para venda das usinas hidráulicas, a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

**4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

**4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 16.4 a Companhia liquidou o empréstimo junto a CTG Lux.

**4.1.3. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

**4.1.4. Risco de liquidez**

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Divida	Remuneração	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 2ª emissão - série 2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	39.185	40.697	1.095.228	1.175.110
Debêntures 3ª emissão - série única	Variação DI + 1,29% ao ano	493.010	431.003	-	924.013
		<b>532.195</b>	<b>471.700</b>	<b>1.095.228</b>	<b>2.099.123</b>

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo/DI - Depósito Interbancário/USD - Dólar

**4.2. Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (nota explicativa nº 14).

**4.3. Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**4.4. Risco ambiental**

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cumprimento ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.3.

**4.5. Análise da sensibilidade**

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo financeiro vinculado a concessão, debêntures e provisão para grandes reparos, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação absoluta entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2025 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada para o cenário dos próximos 12 meses, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Variação absoluta no cenário provável	Saldo contábil em 2025		Cenário provável (**)	Efeito absoluto
					Cenário atual (*)	Cenário provável (**)		
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	DI	14,90%	12,40%	250 bps	118.875	17.712	14.741	2.971
Ativo financeiro vinculado à concessão	IPCA	4,27%	4,40%	13 bps	12.998.025	554.941	571.527	16.586
					<b>13.116.900</b>	<b>572.653</b>	<b>586.268</b>	<b>19.557</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Debêntures 2ª emissão - série 2	IPCA + 4,63% ao ano	4,27%	4,40%	13 bps	826.522	75.190	76.293	1.103
Debêntures 3ª emissão - série única	DI + 1,29% ao ano	14,90%	12,40%	250 bps	800.096	131.073	110.813	20.260
Provisão para grandes reparos	IPCA	4,27%	4,40%	13 bps	1.123.874	47.983	49.417	1.434
Provisão para grandes reparos	IGPM	-1,05%	3,87%	492 bps	749.250	(7.861)	29.030	36.891
					<b>3.499.742</b>	<b>246.385</b>	<b>265.553</b>	<b>59.688</b>

IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado

(\*) composto pela atualização dos saldos contábeis, considerando a variação do indexador do valor contábil nos últimos 12 meses.

(\*\*) reflete a atualização dos saldos contábeis com base no indexador projetado para os próximos 12 meses, de acordo com a mediana das expectativas de mercado para 2026, disponibilizada por consultoria especializada.

**4.6. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

O índice de alavancagem financeira é utilizado para evidenciar a estrutura de capital da Companhia. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures de curto e longo prazos, subtraído o montante de caixa, equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

	Nota	2025	2024
Debêntures	14	1.626.618	1.758.846
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	16.4	-	1.515.886
<b>Dívida Bruta</b>		<b>1.626.618</b>	<b>3.274.732</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(118.948)	(1.708.872)
<b>Dívida líquida</b>		<b>1.507.670</b>	<b>1.565.860</b>
Patrimônio líquido	18	10.937.604	12.614.578
<b>Total do capital</b>		<b>12.445.274</b>	<b>14.180.438</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)*</b>		<b>12,1</b>	<b>11,0</b>
* Dívida líquida/Total do capital			

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**
**5.1. Política contábil**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima à do DI.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

**5.1.1. Composição**

	2025	2024
Caixas e bancos	73	109
Aplicações financeiras	118.875	1.708.763
Certificado de depósito bancário (CDB)	118.875	1.708.763
	<b>118.948</b>	<b>1.708.872</b>

**5.2. Qualidade de créditos de caixa e equivalentes de caixa**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia através de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos de caixa e equivalentes de caixa mantidas pela Companhia:

**5.2.1. Composição**

Standard & Poor's (*)	Moody's (*)	Fitch (*)	2025	2024
AAA	AAA	AAA	10.497	2
AAA	-	-	1	1
AAA	AA	-	3	358.117
-	AA	-	1	477.238
-	AAA	AAA	108.445	114.991
-	AAA	-	1	758.523
			<b>118.948</b>	<b>1.708.872</b>

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

**6. CLIENTES**
**6.1. Política contábil**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

**6.2. Composição**

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física






**CTG Brasil**
**Rio Paraná Energia S.A.**  
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* continuação

**12. FORNECEDORES**
**12.1. Política contábil**

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

**12.2. Composição**

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Suprimento de energia elétrica	34.855	26.442	34.855	26.442
Materiais e serviços contratados	56.576	36.486	56.576	36.486
Encargos de uso da rede elétrica	58.766	55.653	58.766	55.653
Tust	58.766	55.653	58.766	55.653
<b>Total</b>	<b>150.197</b>	<b>118.581</b>	<b>150.197</b>	<b>118.581</b>

Tust - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

**13. ENCARGOS SETORIAIS**

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

**13.1. Composição**

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	22.304	—	22.304	22.842	—	22.842
PDI	44.481	23.292	67.773	48.591	26.608	75.199
TFSEE	2.735	—	2.735	—	3.517	3.517
<b>Total</b>	<b>69.520</b>	<b>23.292</b>	<b>92.812</b>	<b>74.950</b>	<b>26.608</b>	<b>101.558</b>

**13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)**

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundações de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

**13.1.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)**

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQuil) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI. Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados, as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira, realizada por firma de auditoria contratada exclusivamente para este fim, e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

**13.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)**

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

**14. DEBÊNTURES**
**14.1. Política contábil**

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**14.5. Características dos contratos de debêntures**

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2031	650.000	1	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Pentágono S.A.	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/06/2022	27/06/2027	800.000	1	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Pentágono S.A.	Semestral	2	Alongamento do perfil do endividamento e reforço de capital de giro

**14.6. Garantias contratuais**

Não há garantias expressas em contrato.

**14.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")**
**14.7.1. Covenants financeiros**

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda e Terceira emissão, a serem apurados com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (Aneel):

- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2025	2024
Ebitda/Resultado financeiro ajustado (*)	Igual ou superior a 2,0	66,73	75,01
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,52	0,02
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,20	0,21

(\*) Desconsiderado o efeito da variação cambial.

**14.7.2. Covenants não financeiros**

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou BrAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

**15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**
**15.1. Política contábil**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada. A partir de 2026, conforme (notas explicativas nº 1.5.2 e 1.5.3 respectivamente) haverá alteração na retenção de impostos sobre os dividendos e JSCP.

**15.2. Composição e movimentação**

	Saldo em 2024		Movimentação do exercício		Saldo em 2025	
	Passivo adicional circulante	Passivo adicional e JSCP constituídos	Dividendos propostos/JSCP	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
<b>(A) Dividendos</b>						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	447.877	1.979.388	(914.546)	—	1.512.719	1.512.719
Huikai Clean Energy S.Á.R.L.	223.935	989.679	(457.266)	—	756.348	756.348
<b>Total</b>	<b>671.812</b>	<b>2.969.067</b>	<b>(1.371.812)</b>	<b>—</b>	<b>2.269.067</b>	<b>2.269.067</b>
<b>(B) Juros sobre capital próprio (*)</b>						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	477.136	595.003	(477.136)	595.003	—	595.003
Huikai Clean Energy S.Á.R.L.	238.564	297.497	(238.564)	297.497	—	297.497
<b>Total</b>	<b>715.700</b>	<b>892.500</b>	<b>(715.700)</b>	<b>892.500</b>	<b>—</b>	<b>892.500</b>
<b>(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar</b>	<b>1.387.512</b>	<b>3.861.567</b>	<b>(2.087.512)</b>	<b>892.500</b>	<b>2.269.067</b>	<b>3.161.567</b>

(\*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

**16. PARTES RELACIONADAS**
**16.1. Política contábil**

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações, as premissas contratuais são as definidas entre as partes.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**14.2. Composição**

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2025					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, e (custos de transação)	Total
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(428)	(428)	650.000	176.950	826.950
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	400.000	351	400.351	400.000	(255)	399.745
<b>Total</b>				<b>400.000</b>	<b>(77)</b>	<b>399.923</b>	<b>1.050.000</b>	<b>176.695</b>	<b>1.226.695</b>

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2024					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, e (custos de transação)	Total
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	49.933	169.933	—	—	—
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(663)	(663)	650.000	140.248	790.248
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	—	196	196	800.000	(868)	799.132
<b>Total</b>				<b>120.000</b>	<b>49.466</b>	<b>169.466</b>	<b>1.450.000</b>	<b>139.380</b>	<b>1.589.380</b>

**14.3. Vencimento**

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2027	2029	A partir de 2030	Total
2ª	série 2			—	272.472	—	272.472
3ª	série única			399.745	—	—	399.745
<b>Total</b>				<b>399.745</b>	<b>272.472</b>	<b>554.478</b>	<b>1.226.695</b>

**14.4. Movimentação**

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
<b>169.933</b>	<b>169.933</b>	<b>789.585</b>	<b>799.328</b>	<b>1.758.846</b>

**Movimentação**

	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
Amortização de custos de transação	—	—	613	613
Capitalização de custos de transação	471	2.081	—	2.552
Apropriação de juros	—	—	121.682	121.682
Capitalização de juros	1.839	40.975	—	42.814
Capitalização de variação monetária	7.937	31.707	—	39.644
Pagamento de juros	(5.177)	(37.826)	(121.527)	(164.530)
Pagamento de variação monetária	(55.003)	—	—	(55.003)
Pagamento de principal	(120.000)	—	—	(120.000)
<b>Total</b>	<b>(169.933)</b>	<b>36.937</b>	<b>768</b>	<b>(132.228)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>—</b>	<b>826.522</b>	<b>800.096</b>	<b>1.626.618</b>

**Saldo em 31 de dezembro de 2023**

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
<b>326.810</b>	<b>326.810</b>	<b>195.698</b>	<b>745.671</b>	<b>798.687</b>

	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
Amortização de custos de transação	—	155	—	155
Capitalização de custos de transação	1.131	—	2.081	3.212
Apropriação de juros	—	10.620	—	10.620
Capitalização de juros	14.861	—	36.355	51.216
Capitalização de variação monetária	8.424	—	41.688	50.112
Pagamento de juros	(15.130)	(11.473)	(36.210)	(62.813)
Pagamento de variação monetária	(46.163)	—	—	(46.163)
Pagamento de principal	(120.000)	(195.000)	—	(315.000)
<b>Total</b>	<b>(156.877)</b>	<b>(195.698)</b>	<b>43.914</b>	<b>(308.661)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>169.933</b>	<b>—</b>	<b>789.585</b>	<b>799.328</b>

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1ª Emissão Série 2	2ª Emissão Série 2	3ª Emissão Série única	Total
<b>169.933</b>	<b>169.933</b>	<b>789.585</b>	<b>799.328</b>	<b>1.758.846</b>

**16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração**
**16.2.1. Limite de remuneração aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)**

Em 30 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 8.100 para 2025, como segue:

	2025	2024
Administração e Conselheiros	8.100	6.668

**16.2.2. Remuneração realizada**

	2025	2024
Benefícios de curto prazo para administradores	4.922	6.395
Benefícios pós-emprego	239	273
<b>Total</b>	<b>5.161</b>	<b>6.668</b>

**16.3. Transações locais**

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à CTG Brasil, e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

**16.3.1. Saldos**

	2025		2024	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	5.797	—	—
Rio Canoas Energia S.A.	131	28	—	—
Rio Verde Energia S.A.				



**Rio Paraná Energia S.A.**  
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

O contrato não possuía nenhuma cláusula de *Covenants*.

**16.4.1. Movimentação**

	2025	2024
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.515.886</b>	
<b>Movimentação</b>		
Apropriação de juros	13.776	
Pagamento de juros	(96.277)	
Pagamento de principal	(1.303.274)	
Ganho com variação cambial	(131.437)	
Perda com variação cambial	2.740	
Imposto de renda retido na fonte	(1.414)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.127.712</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.127.712</b>	
<b>Movimentação</b>		
Apropriação de juros	75.756	
Variação cambial ativa	(49.488)	
Variação cambial passiva	361.906	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>388.174</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.515.886)</b>	

**17. PROVISÕES**

**17.1. Composição dos saldos**

	2025	2024
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Provisões		
Provisões para grandes reparos	546.450	329.646
Provisões para licenças ambientais	9.392	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>555.842</b>	<b>329.646</b>
<b>Não circulante</b>		
Provisões		
Provisões para grandes reparos	1.326.674	1.598.770
Provisões para licenças ambientais	21.507	—
Provisões para riscos	5.894	854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.354.075</b>	<b>1.599.624</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.909.917</b>	<b>1.929.270</b>

**17.2. Provisões para grandes reparos**

**17.2.1. Política contábil**

A Companhia possui contratos dentro do alcance do ICPC 01 (Interpretação técnica baseada do IFRIC 12) que envolvem uma entidade privada (concessionário) e sua infraestrutura usada para prestar os serviços públicos ou melhorá-la, além de operá-la e mantê-la pelo prazo da concessão.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e nas estimativas de engenheiros e Administração, foi provisionado o valor total que se espera despendar nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos com o reparo somente é confirmada na abertura das máquinas. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, em contrapartida do ativo intangível e tiveram suas atualizações projetadas com base na inflação e projetada até 2038 (término esperado para o projeto) e trazidas a valor presente, esse efeito é registrado no resultado financeiro. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente ou por algum evento significativo, as provisões são revistas e sempre que necessário as estimativas de gastos são atualizadas.

Em caso de variação na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo temporal dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

**17.2.2. Composição e movimentação**

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.409.736</b>	<b>(1.481.320)</b>	<b>1.928.416</b>
Realização de provisão	(218.802)	—	(218.802)
Atualização	(47.167)	—	(47.167)
Apropriação do ajuste a valor presente	—	210.677	210.677
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.143.767</b>	<b>(1.270.643)</b>	<b>1.873.124</b>
Circulante	372.500	(42.854)	329.646
Não circulante	3.037.236	(1.438.466)	1.598.770
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.409.736</b>	<b>(1.481.320)</b>	<b>1.928.416</b>
Circulante	617.489	(71.039)	546.450
Não circulante	2.526.278	(1.199.604)	1.326.674
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.143.767</b>	<b>(1.270.643)</b>	<b>1.873.124</b>

**17.3. Provisões para licenças ambientais**

**17.3.1. Política contábil**

A provisão para licenças ambientais refere-se às obrigações legais e regulatórias relacionadas à obtenção e manutenção de licenças ambientais necessárias para a operação das atividades da Companhia. Essas obrigações decorrem de exigências impostas por órgãos ambientais e são estimadas com base nos custos esperados para regularização e renovação das licenças.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconhece o saldo desta provisão pela melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo intangível, e atualizada monetariamente com base no IPCA. Os custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação. Trimestralmente as provisões serão revistas, ou sempre que houver mudanças relevantes nas estimativas de custos.

**17.3.2. Composição e movimentação**

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Constituição de provisão	73.760	(34.761)	38.999
Realização de provisão	(9.198)	—	(9.198)
Ajuste a valor presente	—	1.098	1.098
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>64.562</b>	<b>(33.663)</b>	<b>30.899</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Circulante	13.600	(4.208)	9.392
Não circulante	50.962	(29.455)	21.507
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>64.562</b>	<b>(33.663)</b>	<b>30.899</b>

**17.4. Provisões para riscos e contingências**

**17.4.1. Política contábil**

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, que são relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito. Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

As ações discutem as demolições de construções irregulares na Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**17.4.2. Provisões para riscos**

**17.4.2.1. Composição e movimentação**

	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>(A) Provisão para riscos</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.341</b>	<b>15</b>	<b>1.356</b>
Provisões	4.814	4	4.818
Variações monetárias	248	1	249
Acordos/pagamentos	(143)	(19)	(162)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.919</b>	<b>(14)</b>	<b>4.905</b>
<b>(B) Depósitos judiciais</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(488)</b>	<b>(14)</b>	<b>(502)</b>
Variações monetárias	28	—	28
(Adições)	(87)	(19)	(106)
Baixas	455	33	488
Reclassificações (i)	(275)	—	(275)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>121</b>	<b>14</b>	<b>135</b>
<b>(A+B) Provisões líquidas</b>			
Não circulante	853	1	854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>853</b>	<b>1</b>	<b>854</b>
Não circulante	5.893	1	5.894
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>5.893</b>	<b>1</b>	<b>5.894</b>

**(A) Provisão para riscos**

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.377</b>	<b>11</b>	<b>19.883</b>	<b>24.271</b>
Provisões/(reversões)	(2.068)	11	(20.190)	(22.247)
Variações monetárias	71	1	307	379
Acordos/pagamentos	(1.039)	(8)	—	(1.047)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(3.036)</b>	<b>4</b>	<b>(19.883)</b>	<b>(22.915)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.341</b>	<b>15</b>	<b>—</b>	<b>1.356</b>
<b>(B) Depósitos judiciais</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.304)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.304)</b>
Variações monetárias	(27)	—	—	(27)
(Adições)	(243)	(14)	—	(257)
Baixas	1.086	—	—	1.086
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>816</b>	<b>(14)</b>	<b>—</b>	<b>802</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(488)</b>	<b>(14)</b>	<b>—</b>	<b>(502)</b>

**(A+B) Provisões líquidas**

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.073</b>	<b>11</b>	<b>19.883</b>	<b>22.967</b>
Não circulante	853	1	—	854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>853</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>854</b>

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

**17.4.2.2. Trabalhistas**

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

**17.4.3. Contingências possíveis**

**17.4.3.1. Composição**

	2025	2024
Trabalhistas	2.144	12.050
Fiscais	697.316	642.746
Cíveis	6.121	3.908
Ambientais	145.153	15.892
Regulatórias	15.936	11.554
<b>Total</b>	<b>866.670</b>	<b>686.150</b>

Demonstramos abaixo, as principais variações nas contingências possíveis da Companhia, atualizadas para 31 de dezembro de 2025:

**17.4.3.2. Trabalhistas**

As contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 2.144 para dezembro de 2025 (R\$ 12.050 em 31 de dezembro de 2024). O principal motivo da baixa decorre do encerramento e reclassificação de processos trabalhistas relevantes, que ocorreram principalmente em razão de acordos celebrados e decisões judiciais favoráveis, que eliminaram a possibilidade de perda. O restante trata-se de atualização monetária.

**17.4.3.3. Fiscais**

- Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Diretoria, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso é de R\$ 686.681 (R\$ 632.957 em 31 de dezembro de 2024);
- Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor atualizado é de R\$ 6.011 (R\$ 5.586 em 31 de dezembro de 2024);
- Processos administrativos e judiciais que discutem o recolhimento de ISSQN para o município de Três Lagoas durante o período da modernização e o valor atualizado é de R\$ 4.622 (R\$ 4.202 em 31 de dezembro de 2024).

**17.4.3.4. Ambientais**

As contingências ambientais com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 145.153 para 31 de dezembro de 2025. O principal motivo para o aumento decorre da atualização monetária dos processos em andamento e de uma nova contingência. Dentre os principais se destacam:

- Seis Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), totalizando R\$ 10.791, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupia, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de sultura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio - MD-80) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na sultura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupia e Ilha Solteira. Foi proferida a sentença (decisão de 1ª instância) julgando improcedente a ação. A sentença foi mantida pelo TRF/3 e o MPF interps recurso especial, que foi admitido. Aguarda-se o julgamento do recurso. O valor atualizado é de R\$ 6.452 (R\$ 6.149 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal requerendo que a companhia realize o reflorestamento de toda a área do reservatório da Usina de Ilha Solteira. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 129 milhões.

**17.4.3.5. Regulatórias**

As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 15.936, decorrente de ações judiciais ajuizadas por municípios em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultada da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1ª instância.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**18.1. Capital social subscrito e integralizado**

As ações ordinárias compõem o patrimônio líquido e conferem direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

	2025 e 2024	
<b>Acionistas</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>%</b>
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	<b>7.014.326.211</b>	<b>100,0</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentas e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

**18.2. Reservas de lucros**

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

**18.3. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada, para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

**18.4. Destinação dos lucros acumulados**

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.342.093</b>	<b>1.885.531</b>
Constituição da reserva legal	117.105	94.276
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>2.224.988</b>	<b>1.791.255</b>

	2025	2024
<b>Distribuições</b>		
Dividendos	2.969.067	650.000
Juros sobre capital próprio	1.050.000	842.000
	<b>4.019.067</b>	<b>1.513.812</b>

	2025	2024
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	556.247	447.814
Distribuições adicionais	3.462.820	1.065.998
	<b>4.019.067</b>	<b>1.513.812</b>

	Provento	R\$ mil	R\$
Dividendos	2.269.067	0,32349</	



**Rio Paraná Energia S.A.**  
CNPJ nº 23.096.269/0001-19

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

**19.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)**

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

**19.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)**

**19.1.3.1. Regime cotas**

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/aferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão.
- Reembolsos da Tust, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e PDI: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

**19.1.3.2. Leilões de Energia Existente**

Contratos negociados no ambiente de contratação regulada, onde a comercialização de energia elétrica ocorre intermediada por leilões públicos promovidos pelo governo federal, com regras definidas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a seu edital.

**19.1.4. Receita de ativos financeiros**

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

	2025	2024
<b>Receita operacional bruta</b>		
Contratos ACL	991.740	801.278
Contratos ACR	1.772.316	1.619.684
Mercado de curto prazo (MCP)	138.492	116.573
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.610	5.161
	<b>2.906.158</b>	<b>2.542.696</b>
<b>Receita de ativos financeiros</b>		
Juros e atualização monetária	1.716.901	1.713.864
	<b>1.716.901</b>	<b>1.713.864</b>
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>4.623.059</b>	<b>4.256.560</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS e COFINS	(408.511)	(367.173)
ICMS	(2.806)	(1.696)
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)	(12.647)	(11.472)
	<b>(423.964)</b>	<b>(380.341)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.199.095</b>	<b>3.876.219</b>

**20. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE**

**20.1. Energia elétrica vendida**

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.702.703	991.740	5.056.883	801.278
Contratos ACR	15.249.683	1.772.316	14.890.986	1.619.684
Mercado de curto prazo (MCP)	706.109	138.492	1.096.348	116.573
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	468.847	3.610	357.666	5.161
	<b>24.127.342</b>	<b>2.906.158</b>	<b>21.401.883</b>	<b>2.542.696</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

**20.2. Energia elétrica comprada**

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	3.430.327	466.324	623.582	111.484
Mercado de curto prazo (MCP)	120.468	3.814	51.997	3.151
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	80.607	2.798	462.766	10.254
(-) Crédito de PIS	-	(7.650)	-	(1.651)
(-) Crédito de COFINS	-	(35.236)	-	(7.607)
	<b>3.631.402</b>	<b>430.050</b>	<b>1.138.345</b>	<b>115.631</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

**20.3. Encargos de uso da rede elétrica**

Os encargos devidos pela Companhia, estabelecidos pela Aneel são: Tust, TUSD e Encargos de Conexão. A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo da Tust, e
- valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo da Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2025	2024
Tust	230.600	218.718
TUSD	5.841	5.732
Encargos de conexão	53	50
(-) Crédito de PIS	(3.876)	(3.681)
(-) Crédito de COFINS	(17.850)	(16.952)
	<b>214.768</b>	<b>203.867</b>

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

**21. RESULTADO FINANCEIRO**

**21.1. Política contábil**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	137.582	107.953
Variações monetárias	54.685	44.948
Depósitos judiciais	53.709	43.579
Tributos a recuperar	548	8
Inadimplência CCEE	428	1.361
Ganho com variação cambial	131.437	49.488
Compensação financeira	-	200
(-) PIS e COFINS	(6.450)	(5.086)
Outras receitas financeiras	171	17
	<b>317.425</b>	<b>197.520</b>
<b>Despesas</b>		
Juros	(135.458)	(181.997)
Debêntures	(121.682)	(106.241)
Partes relacionadas	(13.776)	(75.756)
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)
Provisões para riscos	(249)	(379)
Outras	(3.097)	(2.530)
Perda com variação cambial	(2.740)	(361.906)
Ajuste a valor presente (AVP)	(164.608)	(274.235)
Atualização/AVP de provisão de grandes reparos	(163.510)	(274.235)
AVP Licença ambiental	(1.098)	-
Outras despesas financeiras	(2.503)	(1.698)
	<b>(308.655)</b>	<b>(822.745)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>8.770</b>	<b>(625.225)</b>

**22. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS**

**22.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

**22.1.1. Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>(748.050)</b>	<b>(269.298)</b>	<b>(1.017.348)</b>	<b>(601.155)</b>	<b>(216.416)</b>	<b>(817.571)</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Juros sobre capital próprio (JSCP)	262.500	94.500	357.000	210.500	75.780	286.280

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Doações Incentivadas	12.478	-	12.478	13.932	-	13.932
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	-	-	-	3.398	1.223	4.621
Incentivos fiscais	66	-	66	81	-	81
Outras (adições) permanentes, líquidas	(4.150)	(1.501)	(5.651)	(4.725)	(1.708)	(6.433)
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(477.156)</b>	<b>(176.299)</b>	<b>(653.455)</b>	<b>(377.969)</b>	<b>(141.121)</b>	<b>(519.090)</b>
IRPJ e CSLL correntes	229.287	87.068	316.355	352.435	131.930	484.365
IRPJ e CSLL diferidos	247.869	89.231	337.100	25.534	9.191	34.725
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>477.156</b>	<b>176.299</b>	<b>653.455</b>	<b>377.969</b>	<b>141.121</b>	<b>519.090</b>
Ajustes correntes - exercícios anteriores	(3.349)	(1)	(3.350)	-	-	-
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>473.807</b>	<b>176.298</b>	<b>650.105</b>	<b>377.969</b>	<b>141.121</b>	<b>519.090</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>15,9%</b>	<b>5,9%</b>	<b>21,8%</b>	<b>15,7%</b>	<b>5,9%</b>	<b>21,6%</b>

**22.2. Tributos diferidos**

**22.2.1. Política contábil**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras.

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisões para grandes reparos	429.130	154.487	583.617	378.455	136.244	514.699
Variação cambial	-	-	-	128.205	46.154	174.359
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	3.199	1.152	4.351	1.956	704	2.660
Provisões para riscos	3.182	1.146	4.328	3.259	1.173	4.432
Outras provisões	1.538	553	2.091	907	326	1.233
<b>Total bruto</b>	<b>437.049</b>	<b>157.338</b>	<b>594.387</b>	<b>512.782</b>	<b>184.601</b>	<b>697.383</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(437.049)	(157.338)	(594.387)	(512.782)	(184.601)	(697.383)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Efeitos de ativo financeiro vinculado a concessão	(1.731.990)	(623.518)	(2.355.508)	(1.574.129)	(566.687)	(2.140.816)
Juros sobre depósito vinculado	(67.716)	(24.378)	(92.094)	(54.285)	(19.543)	(73.828)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(31.180)	(11.225)	(42.405)	(32.061)	(11.542)	(43.603)
AVP Licença ambiental	(1.724)	(620)	(2.344)	-	-	-
<b>Total bruto</b>	<b>(1.832.610)</b>	<b>(659.741)</b>	<b>(2.492.351)</b>	<b>(1.660.475)</b>	<b>(597.772)</b>	<b>(2.258.247)</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	437.049	157.338	594.387	512.782	184.601	697.383
<b>Total</b>	<b>(1.395.561)</b>	<b>(502.403)</b>	<b>(1.897.964)</b>	<b>(1.147.693)</b>	<b>(413.171)</b>	<b>(1.560.864)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(1.395.561)</b>	<b>(502.403)</b>	<b>(1.897.964)</b>	<b>(1.147.693)</b>	<b>(413.171)</b>	<b>(1.560.864)</b>

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Imposto diferido ativo	31.703	24.586	18.574	13.538	24.848	481.138	594.387
Imposto diferido passivo	(98.344)	(99.049)	(99.430)	(99.495)	(99.556)	(1.996.477)	(2.492.351)
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(66.641)</b>	<b>(74.463)</b>	<b>(80.856)</b>	<b>(85.957)</b>	<b>(74.708)</b>	<b>(1.515.339)</b>	<b>(1.897.964)</b>

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Imposto diferido ativo	31.703	24.586	18.574	13.538	24.848	481.138	594.387
Imposto diferido passivo	(98.344)	(99.049)	(99.430)	(99.495)	(99.556)	(1.996.477)	(2.492.351)
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(66.641)</b>	<b>(74.463)</b>	<b>(80.856)</b>	<b>(85.957)</b>	<b>(74.708)</b>	<b>(1.515.339)</b>	<b>(1.897.964)</b>

**23. LUCRO POR AÇÃO**

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro líquido do exercício	2.342.093	1.885.531
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação	<b>0,33390</b>	<b>0,26881</b>

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**24.1. Política contábil**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

**24.2. Classificação**

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (


**CTG Brasil**
**Rio Paraná Energia S.A.**  
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixas e bancos	Custo amortizado	–	73	73	109	109
	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	118.875	118.875	1.708.763	1.708.763
Aplicações financeiras	Custo amortizado	–	426.853	426.853	417.925	417.925
Clientes	Custo amortizado	–	12.998.025	12.998.025	12.651.773	12.651.773
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	–	826	826	–	–
Partes relacionadas	Custo amortizado	–	686.881	686.881	633.176	633.176
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	14.231.533	14.231.533	15.411.746	15.411.746
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	–	150.197	150.197	118.581	118.581
Encargos setoriais	Custo amortizado	–	92.812	92.812	101.558	101.558
Debêntures	Custo amortizado	–	1.626.618	1.571.019	1.758.846	1.661.930
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	–	3.161.567	3.161.567	1.387.512	1.387.512
Partes relacionadas	Custo amortizado	–	6.626	6.626	1.515.886	1.515.886
			<b>5.037.820</b>	<b>4.982.221</b>	<b>4.882.383</b>	<b>4.785.467</b>

**25. SEGUROS**

A CTG Brasil mantém contratos de seguros, que englobam a Rio Paraná Energia S.A., levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
<b>Cobertura operacional</b>		
Risco operacional	04/08/2025 a 04/08/2026	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2025 a 04/08/2026	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2025 a 04/08/2027	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2025 a 08/12/2026	150.000

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

**26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO RECONHECIDOS**
**26.1. Contratos de compra de energia elétrica**

Contratos	Compromissos até
ACL - Contratos bilaterais	2028

**27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA**

	2025	2024
Provisão para licença ambiental	38.999	–

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros do Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026.

 São Paulo, 26 de fevereiro de 2026  
**Silvio Alexandre Scucuglia da Silva**  
 Presidente do Conselho de Administração

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da RIO PARANÁ ENERGIA S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

**Rodrigo Teixeira Egreja**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**
**Márcio José Peres**  
 Diretor-Presidente

**Rodrigo Teixeira Egreja** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo

**Tatiana Figueredo Garrido da Mota**  
 Diretora Executiva

**Giulliano Batelochi Gallo**  
 Diretor Executivo

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
**Silvio Alexandre Scucuglia da Silva** - Presidente

**Evandro Leite Vasconcelos** - Membro Efetivo

**Márcio José Peres** - Membro Efetivo

**Xingyang Cao** - Membro Efetivo

**Zhigang Chen** - Membro Efetivo

**Antônio dos Santos Entraut Junior** - Contador - CRC - PR-068461/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

 Aos Administradores e Acionistas da **Rio Paraná Energia S.A.**
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Ativo financeiro vinculado à concessão**

Conforme divulgado nas notas explicativas "nº 1.1, 1.2 e 8" às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de locação de cotas de garantia física de energia e potência. A Companhia pagou um montante pelo direito de concessão, do qual uma parcela possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, classificada como ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão, registrado no ativo circulante e não circulante, é de R\$12.998.025 mil. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para definir as premissas de cálculo adotadas, consideramos a mensuração do ativo financeiro vinculado à concessão como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes; (ii) a análise das movimentações dos saldos, recálculo do modelo matemático e correspondentes dados e premissas, recálculo do ajuste a valor presente e testes substantivos em bases amostrais sobre os recebimentos realizados no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e à divulgação do ativo financeiro vinculado à concessão e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.

**Provisão para grandes reparos**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17.2 às demonstrações financeiras, ao adquirir os direitos associados a concessão das usinas de Jupia e Ilha Solteira, a Diretoria, com base nas estimativas de engenheiros, provisionou o valor total que se espera despendir nos reparos necessários à operação das referidas unidades geradoras, de acordo com os requerimentos e níveis de disponibilidade previstos no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão para grandes reparos, registrado no passivo circulante e não circulante, é de R\$1.873.124 mil.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido para mensurar a expectativa de desembolsos futuros, consideramos a mensuração da provisão para grandes reparos como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) o entendimento dos controles internos e dos processos e procedimentos para as contabilizações e as mensurações subsequentes; (ii) a análise retrospectiva relativa aos montantes classificados no circulante e pagos no exercício corrente; (iii) a análise das movimentações dos saldos, recálculo do ajuste a valor presente e testes substantivos em bases amostrais sobre os desembolsos realizados no exercício; (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e à divulgação da provisão para grandes reparos e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17.2 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes Ltda.**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Renato Vieira Lima**
**Contador**

CRC nº 1 SP 257330/O-5

**Deloitte**
[www.ctgbr.com.br](http://www.ctgbr.com.br)

 Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>